

Janeiro é a data da vigência, diz Sarney

3.1 AGO 1978

ESTADO DE SÃO PAULO
ESTADO DE SÃO PAULO

Do correspondente em
BELEM

O senador José Sarney, ao discursar ontem por ocasião da abertura do II Congresso Político da Arena do Pará, afirmou que as reformas não entrarão em vigência imediatamente após a sua aprovação, mas apenas em janeiro. Embora tenha admitido que constitucionalmente essa afirmação suscita dúvidas, o senador, que também é relator da emenda no Senado, disse que, "nas situações transitórias, é possível estabelecer uma data para a vigência de uma emenda constitucional". E acrescentou: "A decisão é de natureza política".

Depois de afirmar que a filosofia do projeto de reformas encaminhado pelo governo ao Congresso é intocável, Sarney garantiu que a Arena não aceitará qualquer emenda que venha a modificar a base desse projeto, "que é a democracia com salvaguardas". Em seguida, lembrou que a Arena aceitará apenas modificações que aperfeiçoem a proposta, como a diminuição das restrições contidas na emenda proposta pelo Executivo para a criação de novos partidos.

No entanto, Sarney afirmou que, particularmente, é defen-

sor do sistema bipartidário baseado no voto distrital. "O grande erro político da Revolução foi não ter criado o voto distrital no momento em que extinguiu os antigos partidos". Ele defende também a instituição imediata das eleições diretas para o governo dos Estados.

Segundo Sarney, o Brasil atravessa uma fase de transição, "saindo da legalidade revolucionária para entrar na legalidade constitucional, ou seja, a constitucionalização da Revolução". Depois, afirmou que se antes a Arena não pôde empunhar a bandeira da democracia "era porque a conjuntura nacional não permitia". E explicou: "No entanto, agora, por meio do processo gradual e seguro comandado pelo presidente Geisel, não corremos mais o risco de darmos três passos e sermos obrigados a recuar quatro. Agora, podemos realmente chegar ao Estado de Direito".

Para o senador, "a democracia liberal era bem injusta porque sob ela os homens eram explorados em proveito do individualismo, do liberalismo. Por isso, foi necessário adotar salvaguardas e a democracia liberal transformou-se em democracia social e econômica", explicou. Nesse sentido, segundo Sarney, o projeto de reformas do governo é democrático.